

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES NO PROJETO ACADÊMICO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UESC, ILHÉUS-BA.

Laís Anita da Rocha Lima (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC)

Mário César Amorim de Oliveira (Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz – DCB/UESC)

RESUMO

No Projeto Acadêmico Curricular (PAC) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, onde a pesquisa foi realizada, está previsto momentos de estágio dos licenciandos em espaços não escolares. A presente pesquisa que busca analisar no PAC desse curso, o espaço e a importância dados ao estágio em espaço não escolar é um estudo de caso, com abordagem qualitativa, na qual foi realizada uma análise documental do PAC e de outros documentos relacionados aos Estágios Supervisionados. Os espaços não escolares são apenas citados, e em nenhum momento é demonstrada a importância da realização dessas atividades, ou as contribuições que essas podem trazer para a formação inicial dos professores. Ficou evidente a necessidade de maiores discussões a respeito do tema, bem como um maior espaço no PAC do curso, que dê mais clareza a respeito do modo como esse estágio deve ser realizado, e os motivos dessa realização.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação não formal. Estágio Curricular Supervisionado.

INTRODUÇÃO

É muito importante que no currículo dos cursos de licenciatura estejam presentes momentos em que ocorra a relação teoria-prática, para que os futuros professores possam compreender o processo educacional e a própria produção de conhecimento. Em 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores (DCN) determinaram um aumento na carga horária das práticas para 400 horas de práticas como componente curricular, que devem estar presentes no currículo do curso desde seu início, e não somente no último ano da graduação. E outras 400 horas de estágios supervisionados. As instituições de ensino têm autonomia para organizar as práticas de ensino em seu currículo acadêmico.

No Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, localizada em Ilhéus, cidade da região sul do estado da Bahia, onde a pesquisa foi realizada, estão presentes três disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, com um total de 405 horas. No Projeto Acadêmico Curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas dessa instituição, estão presentes os seguintes objetivos em relação aos estágios: complementar e aprimorar a formação acadêmica e profissional do aluno; estabelecer a relação entre a formação adquirida no curso com a prática profissional; vivenciar a prática de sua profissão; preparar o aluno para o desempenho consciente e ético das tarefas específicas de sua profissão; e permitir um maior contato do aluno com o mercado de trabalho na área de sua escolha (PROJETO..., 2007).

Dois desses estágios são realizados em espaços escolares, o outro, o Estágio Curricular Supervisionado II, disciplina prevista para o 6º semestre do curso, deve ser realizado em espaços não escolares, tratando-se de uma modalidade de estágio recente, e que não é comum em outras instituições.

A área de atuação dos professores por muito tempo ficou restrita a espaços escolares; entretanto, existem inúmeros locais que podem também ser considerados como espaços de ensino. Acredita-se que é muito importante e interessante a articulação entre a Universidade e esses outros locais de educação, e isso amplia as possibilidades de atuação dos futuros professores. Acredita-se que as vivências e experiências em espaços não escolares são importantes para o desenvolvimento de saberes docentes (TARDIF, 2006), essenciais para o exercício profissional de futuros professores de Ciências e Biologia.

Inicialmente, é importante esclarecer o que são esses espaços não escolares e a razão de serem chamados de tal forma, ressaltando que não há um consenso entre os autores quanto ao uso dos termos espaços e educação.

O espaço escolar é representado pelas instituições de ensino, e todas as suas dependências, como salas de aula, laboratórios, quadras esportivas, cantinas, bibliotecas.

Apesar da definição de que espaço formal de Educação é a escola, o espaço em si não remete à fundamentação teórica e características metodológicas que embasam um determinado tipo de ensino. O espaço formal diz respeito apenas a um local onde a Educação ali realizada é formalizada, garantida por Lei e organizada de acordo com uma padronização nacional. (JACOBUCCI, 2008, p.56).

A educação formal “depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com

órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação” (GADOTTI, 2005, p. 2), em que o responsável pelo processo é o professor.

Através da definição dos espaços escolares é possível depreender que o espaço não escolar é o ambiente de educação que não é uma escola ou Universidade. Entretanto, o conceito de espaço não escolar é mais complexo. Segundo Jacobucci (2008, p. 57) “os espaços formais de Educação referem-se a Instituições Educacionais, enquanto que os espaços não formais relacionam-se com Instituições cuja função básica não é a Educação formal e com lugares não institucionalizados”. As instituições de ensino não formal são os Museus, Centros de Ciências, Planetários, Jardins Botânicos etc. Os lugares não institucionalizados que podem ser locais onde ocorre o ensino não formal são os espaços culturais, organizações não governamentais (ONG), associações de bairros, organizações de movimentos sociais, dentre outros (JACOBUCCI, 2008).

A educação não formal “é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. [...] Pode ter duração variável, e pode, ou não, conceder certificados de aprendizagem” (GADOTTI, 2005, p.2). Gohn traz observações muito interessantes sobre a educação não formal.

Em relação às universidades, havia uma grande resistência em relação à educação não formal, que só começou a se desfazer nos anos de 1990, quando esse tema passou a ser “tolerável” pelas instituições (GOHN, 1998, p. 515). As reformas curriculares ao longo dos anos vêm contribuindo para a aceitação e valorização desse tipo de ensino.

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) criada pela Lei nº 6.344, de 5 de dezembro de 1991, está localizada no km 16 da Rodovia Jorge Amado, BA 415, no município de Ilhéus, região do sul do estado da Bahia. “De uma perspectiva física, a UESC situa-se num dos conjuntos naturais de maior beleza desse país. E, de uma perspectiva histórica, em sua área de atuação deu-se o descobrimento do país pelos portugueses” (DEMARCANDO..., 2012). Trata-se da principal instituição de ensino superior do sul da Bahia, com uma área geo-educacional que compreende cerca de 74 municípios, o que corresponde a 9% da área do estado da Bahia, e cerca de 16% de sua população (PROJETO..., 2007).

Para se adequar às necessidades de novos cursos, a UESC sofreu alterações na sua estrutura organizacional, ampliou seu quadro docente, ampliou a infraestrutura necessária, como laboratórios, sala de professores-pesquisadores, computadores e material didático áudio visual. Também foi criado em 1995, o Departamento de Ciências Biológicas. Já o Colegiado de Ciências Biológicas, só foi implantado em 1999, quando os novos cursos estavam em seu 2º semestre (PROJETO..., 2007).

Desde 1999, o processo de implantação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas está sendo avaliado e acompanhado pelo Colegiado do Curso, para que se possa identificar as mudanças necessárias, e realizar as intervenções de acordo com as necessidades observadas, visando o melhor funcionamento, qualidade e consolidação do curso (PROJETO..., 2007).

Em 2004, o Currículo Pleno do Curso de Licenciatura adequou-se às exigências da Resolução CNE/CP 2, de 19/02/2002, extinguindo as disciplinas Prática de Ensino de Biologia I e Prática de Ensino de Biologia II, com carga horária de 135 horas e 180 horas, respectivamente, e substituindo-as pelas disciplinas Estágio Supervisionado em Ensino de Biologia I e Estágio Supervisionado em Ensino de Biologia II, ambas com carga horária de 210 horas (PROJETO..., 2007).

O Projeto Acadêmico Curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de 2007 é fruto de diversas discussões sobre a reformulação curricular, na qual participaram alunos e professores, desde 1998. Com a Resolução CNE/CP Nº 1, de 18/02/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em Educação Básica, nível superior, no curso de licenciatura plena, as discussões se intensificaram, com a intenção de adequar o curso às novas exigências e necessidades (PROJETO..., 2007). Com a elaboração do Projeto Acadêmico Curricular do Curso de Ciências Biológicas (PAC) vigente, houve muitas mudanças significativas, principalmente em relação aos Estágios Supervisionados e às Práticas como Componente Curricular.

Como dito anteriormente, no 6º semestre, é previsto que os licenciandos realizem o Estágio Curricular Supervisionado II. Esse estágio se diferencia dos outros dois por permitirem aos licenciandos experiências em espaços não escolares de ensino.

O estágio curricular supervisionado também se dará no espaço não formal em educação. Neste caso, o aluno deverá observar este espaço e, posteriormente, elaborar e executar um projeto de intervenção que vise a participação do trabalho docente aplicado aos sujeitos dos espaços não formais (PROJETO..., 2007, p.142).

Além disso, trata-se de uma atividade de extensão, que deve ser vista como “um processo do ensino e não como um simples acontecimento fora da escola em que os estudantes vão à comunidade para prestar serviços” (GOULART, 2004, p. 71). Para o autor, as atividades de extensão não devem ser entendidas como uma obrigação da instituição de ensino, como uma atividade filantrópica a favor de algum setor da sociedade. A extensão deve

ser considerada um mecanismo da aprendizagem, por isso mesmo ligada, indissociavelmente, ao ensino e à pesquisa.

O curso busca formar professores qualificados para atuação nos diversos espaços educativos, e nas diversas áreas de competência do biólogo, pretende ainda capacitar os alunos para articular os conteúdos biológicos com os conhecimentos básicos da educação, mediante a investigação, a interpretação e a intervenção na dinâmica dos espaços educativos. Também busca associar a competência técnica à competência política, para a formação de um profissional crítico e reflexivo em relação às questões pertinentes ao seu campo de atuação.

Essa comunicação é parte do TCC da 1ª autora, e tem como objetivo analisar no Projeto Acadêmico Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UESC o espaço e importância dados à disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II, em espaço não escolar.

METODOLOGIA

“Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas” (SILVA; MENEZES, 2005, p.19). Nessa pesquisa, foi utilizado o método de análise documental, e os resultados tratados em uma perspectiva qualitativa.

A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (PAULILO, 1999, p.135).

Segundo Paulilo (1999, p. 136), “a principal condição para a realização de uma pesquisa qualitativa é a imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo”. A abordagem qualitativa permite uma proximidade fundamental entre o sujeito e o objeto, já que os dois são da mesma natureza. Ela “se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas” (MINAYO; SANCHES, 1999, p. 244), além disso, sua utilização é substancial quando o tema pesquisado requer um estudo fundamentalmente interpretativo.

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de acordo com Gil (2002, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2002, p. 51).

A pesquisa documental apresenta várias vantagens, destacando as seguintes: os documentos são uma fonte rica e estável de dados, e permanecem ao longo do tempo, sendo uma importante fonte de dados nas pesquisas de natureza histórica; a análise de documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, sendo o custo da pesquisa significativamente baixo; e outra vantagem é a de não exigir contato com os sujeitos da pesquisa, o que em alguns casos pode ser muito difícil (GIL, 2002).

Para analisar todos os dados textuais coletados foram utilizados elementos da Análise de Conteúdo, que, segundo Moraes (1999, p. 9), “é uma ferramenta, um guia para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar”.

Franco (2008) afirma que o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, que pode ser verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada, considerando que todos os tipos de mensagens estão relacionados com o contexto de quem as produziu. Essa metodologia permite o acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em todos os tipos de mensagem. Ela permite o acesso a conteúdos que não estão explícitos através da inferência (dedução de maneira lógica). Como afirma Bardin (1994, p. 38), “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência essa que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

Após a realização da revisão bibliográfica, com a finalidade de familiarização com os temas relacionados a essa pesquisa, seguiu-se a parte empírica que a análise documental do Projeto Acadêmico Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (PAC) da UESC, e de outros documentos da instituição (O Guia, a Cartilha e a Lei de Estágio), com o

objetivo de verificar o espaço destinado ao Estágio Curricular Supervisionado II, realizado em espaços não escolares.

As categorias para a análise foram construídas *a posteriori*, cujas interpretações serão apresentadas no capítulo a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto Acadêmico Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UESC (PAC), e outros documentos da instituição (O Guia, a Cartilha e a Lei de Estágio), foram analisados com o objetivo de verificar o espaço e importância destinados ao Estágio Curricular Supervisionado II, realizado em espaços não escolares. É importante ressaltar, que esses resultados podem ser subsídios para a possível melhoria ou afirmação do PAC do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UESC, ou até mesmo, para possível realização de outros trabalhos acerca desse mesmo tema. Como afirmado anteriormente, essa comunicação é parte do TCC da 1ª autora, e esses resultados estão presentes em Lima (2012), como uma seção de seus resultados.

Nos documentos da UESC direcionados ao Estágio Curricular Supervisionado, o Guia de Estágio, a Cartilha de Estágio e a Lei de Estágio (Lei de nº 11.788/2008), em nenhum momento é feita referência direta às atividades do Estágio Curricular Supervisionado em espaço não escolar. Essa ausência pode ser consequência da não realização desse tipo de estágio em muitos cursos de formação inicial, em diversas instituições, que só realizam o estágio tradicional, no ambiente escolar. Entretanto, vale ressaltar que a lei prevê que atividades de extensão, desenvolvidas pelo estudante, podem ser equiparadas ao estágio, situação prevista no Projeto Acadêmico Curricular do curso (§ 3º do art. 2º da Lei 11.788/2008).

No PAC está prevista a realização desse tipo de estágio, em espaço não escolar, que apresenta a seguinte ementa: “Observação do espaço não formal em educação. Elaboração do projeto de intervenção. Participação e execução do trabalho docente aplicado aos sujeitos dos espaços não formais. Elaboração do relatório de estágio” (PROJETO..., 2007, p. 66).

Na ementa e em todo o PAC, é utilizada a nomenclatura espaço formal e espaço não formal, para se referir à escola e aos espaços não escolares, respectivamente. Essa nomenclatura, que não é consenso entre os autores, pode causar confusões na interpretação desses conceitos, o que foi observado em algumas entrevistas realizadas, que serão discutidas

posteriormente. Alguns desses estágios são realizados no espaço escolar, entretanto são projetos de educação não formal. Para evitar esse tipo de confusão, ou as diferentes interpretações de um dos termos, seria interessante a utilização da nomenclatura utilizada nesse trabalho: espaço escolar e não escolar, e educação formal, não formal e informal (TRILLA, 2008; ARAUJO; CALUZI; CALDEIRA, 2006) deixando claro, se o estágio deve ser realizado em espaço não escolar, ou se esse pode ser realizado no espaço escolar desde que o projeto seja em educação não formal.

O PAC é dividido em várias seções, e apresenta alguns anexos. Os espaços educativos não formais são citados 9 vezes em todo o documento. Dessas, uma vez no ementário, apresentado anteriormente. Das 8 vezes restantes, 4 estão distribuídas em 4 seções diferentes, que serão descritas a seguir, e as outras 4, na seção que trata do Estágio curricular Supervisionado. Em nenhum momento a educação não formal é mencionada. Essa frequência corrobora que pouco espaço é direcionado a esses espaços durante todo o projeto, e que a importância da educação não formal não foi demonstrada em nenhum momento. O Estágio Curricular Supervisionado foi inserido no PAC, porém as razões dessa inserção estão ausentes no texto.

O PAC apresenta uma seção, onde estão descritos os objetivos do curso, e o primeiro objetivo é: “Formar profissionais qualificados para atuarem principalmente na Educação Básica e em outros **espaços educativos, formais ou não-formais**, bem como capacitá-los para atuar nas diversas áreas de competência do biólogo” (PROJETO..., 2007, p. 9, grifo nosso). As mudanças na sociedade levaram a uma busca cada vez maior por profissionais qualificados de diversas áreas, e com o licenciado em Ciências Biológicas não é diferente. O campo de atuação desse profissional está cada vez mais diversificado, e essa ideia está presente em vários momentos no PAC (sem referência direta a espaços não escolares ou não formais).

Na seção que trata de Competências e habilidades, em relação ao conhecimento pedagógico é afirmado que: “esse tipo de conhecimento deve ser garantido pelas disciplinas tradicionalmente reconhecidas como disciplinas de fundamentação pedagógica e aquelas de prática pedagógica, [...] e também pelas atividades curriculares que proporcionem o exercício de práticas pedagógicas e as vivências de situações educativas em **instituições de ensino regular formal ou não**” (PROJETO..., 2007, p. 14, grifo nosso). De acordo com Imbernón (2006), a formação inicial tem a responsabilidade de auxiliar os futuros profissionais na construção de um conhecimento pedagógico especializado, para que esses não se tornem

meros reprodutores do modelo de professor técnico-contínuista, e nem se tornem passivos diante do contexto socioeconômico e político de seu ambiente de atuação.

Na seção que trata do perfil profissional encontra-se a seguinte afirmação:

O profissional deve se comprometer com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critérios humanísticos e de rigor científico, bem como por referenciais éticos e legais e ter consciência da realidade em que vai atuar – **espaços educativos formais e não-formais** e outros - da necessidade de se tornar a gente transformador dessa realidade, na busca da melhoria da qualidade de vida da população humana. (PROJETO..., 2007, p.17-18, grifo nosso).

A Universidade tem o difícil papel de formar profissionais como pessoa e cidadão. Segundo Fávero (2004) isso deve ser considerado como um desafio, e não como uma coisa impossível. Os cursos universitários devem criar condições para que o futuro profissional entenda que, se é importante ele ter consciência dos problemas, também é importante trabalhar com os alunos, discutindo, pesquisando e elaborando propostas de solução e/ou alternativas para mudanças.

Durante a seção que trata da estrutura curricular, a composição do currículo é descrita, e dentre outras disciplinas estão presentes: “Disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado que serão realizadas em **espaços formais e não formais**” (PROJETO..., 2007, p. 41, grifo nosso). Esses estágios possuem uma seção que trata especificamente deles, descrevendo detalhes de sua realização, sem destacar a sua importância. Entretanto, vale destacar que isso também não ocorre com nenhuma das outras disciplinas. Nessa seção, os espaços não formais são citados 4 vezes:

Estes [os Estágios Supervisionados] serão desenvolvidos em escolas de Educação Básica da Rede Municipal e Estadual de Ensino dos Municípios de Ilhéus e Itabuna e/ou na rede de escolas privadas, e ainda em **espaços educativos não formais**, destas duas localidades [...] o estágio curricular supervisionado também se dará no **espaço não formal em educação**. Neste caso, o aluno deverá observar este espaço e, posteriormente, elaborar e executar um projeto de intervenção que vise a participação do trabalho docente aplicado aos sujeitos dos **espaços não formais**. [...] No 6º semestre, o estágio será desenvolvido em **espaços não formais**. (PROJETO..., 2007, p. 142, grifo nosso).

O regulamento do Estágio Curricular Supervisionado esta presente no anexo E do PAC, entretanto, os espaços não formais não são especificamente mencionados em nenhum momento, estando presentes nesse, as regras e orientações de caráter geral. Como afirmado

anteriormente, a educação não formal não é mencionada em nenhum momento durante todo o documento, sendo o termo ‘não formal’ utilizado para indicar os espaços e não o tipo de educação. Alguns autores como Araujo, Caluzi e Caldeira (2006), e Trilla (2008), preferem utilizar os termos formal e não formal para a educação, com base na intencionalidade da ação, e classificam os espaços como escolar e não escolar, este último indicando os locais diferentes da escola. Para categorizar dessa forma, os autores levaram em consideração que a educação não formal pode ocorrer tanto no espaço escolar, quanto fora dele.

Nas vezes que esses termos são citados, são chamados de espaços educativos formais ou não-formais, instituições de ensino regular formal ou não, espaços formais ou não formais, espaço não formal em educação. Essas variações na terminologia podem levar a diferentes interpretações por parte dos leitores, e seria indicada a escolha de um único termo, para ser utilizado durante todo o documento.

A disciplina Estágio Curricular Supervisionado II, realizada em espaço não escolar, não é a única oportunidade de atuação do futuro professor em um espaço diferente da escola. Estão presentes no currículo do curso de licenciatura em ciências biológicas da UESC, os Módulos Interdisciplinares para o Ensino de Biologia (Práticas como Componente Curricular), que também podem ser realizados em espaços não escolares. Entretanto, os espaços não escolares são apenas citados, em nenhum momento é demonstrada a importância da realização dessas atividades, ou as contribuições que essas podem trazer para a formação inicial dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Projeto Acadêmico Curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Cartilha de Estágio, da Lei de Estágio e do Guia de Estágio, evidenciou que o espaço dedicado ao Estágio Curricular Supervisionado em espaço não escolar é muito pequeno, e que este só é referido no PAC do curso. O termo utilizado durante o documento para denominar os espaços onde o estágio pode ser realizado é ‘não formal’, o que pode levar a confusões na interpretação por parte dos professores e estudantes.

Além disso, esses espaços só foram citados para indicar os locais de realização das atividades, sem ocorrer uma discussão maior, para demonstrar o motivo pelo qual esse estágio foi inserido, ou a importância dele para a formação inicial dos professores.

O processo de reformulação do PAC deve ser baseado também nas opiniões dos estudantes e professores, para que as modificações sejam feitas a partir das informações coletadas. O Estágio Curricular Supervisionado II, realizado em espaço não escolar, é importante para a formação inicial dos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UESC, pois é a oportunidade que os estudantes têm de passar por vivências diferenciadas, o que não seria possível em outros momentos do curso, como nos Estágios Supervisionados em espaço escolar. Entretanto, é evidente, que são necessárias maiores discussões a respeito do tema 'educação não formal', bem como um maior espaço no PAC do curso, que dê mais clareza a respeito do modo como esse estágio deve ser realizado, e os motivos dessa realização, para que as confusões sejam evitadas, e o momento seja mais aproveitado pelos estudantes.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, E. S. N. N.; CALUZI, J. J.; CALDEIRA, A. M. A. **Divulgação Científica e Ensino de Ciências: Estudos e Experiências**. Editora Escrituras, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN) Ensino Médio**. Brasília, 1999.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: DF, 2002a.

_____. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, **Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior**. Brasília: DF, 2002b.

DEMARCANDO o pensamento: universidade em movimento. Disponível em: <http://www.uesc.br/a_uesc/index.php?item=conteudo_localizacao.php>. Acesso em: 10 nov. 2012.

FÁVERO, M. L. A. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, N. (Org.). **Formação de professores: pensar e fazer**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez editora, 2004, p. 53-71.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

GADOTTI, M. **A Questão da Educação Formal/Não-Formal**. INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE). Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problèmes sans solution? Sion (Suisse), 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M. G. Educação Não Formal: Um Novo Campo de Atuação. **Ensaio: avaliação de políticas públicas na Educação**. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, vol.6, n.21, p. 511-526, out/dez, 1998.

_____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação de políticas públicas na Educação**. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOULART, A. T. **A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 60-73, 1º sem. 2004.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez Editora. 2006.

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista Em Extensão**. Uberlândia, vol.7, n.1, 2008.

LIMA, L. A. R. **A importância do Estágio Curricular Supervisionado em espaços não escolares na formação de futuros professores de Ciências e Biologia**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2012.

MINAYO, M.C.S. e SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp.239-262, 1999.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PAULILO, M. A. S. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, V. 2, N. 2, p.135-148, JUL./DEZ, 1999.

PROJETO Acadêmico Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2007.

SILVA E. L.; MENEZES E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4ª Ed. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2005.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 7ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2006.

TRILLA, J. A educação não-formal. In: ARANTES, V.A. (Org.). **Educação formal e não-formal: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.